

Os rumos assumidos pela educação superior exigem muitos esforços das IES para que se mantenham e ou sobrevivam neste clima de abandono e indiferença com que se convive no Brasil.

Para-raios das crises vividas no país, a educação, de modo geral, sofre com os cortes financeiros constantes e com a falta de uma política estável e segura para o desenvolvimento do setor que definiria, sem sombra de dúvidas, a qualidade do conhecimento e da profissionalização desta nação. Mais uma vez, instala-se a crise levando a maioria das Universidades e Faculdades públicas e privadas a readaptações.

Considerando-se que estas últimas são responsáveis pela formação de mais de 80% dos estudantes, são elas, também, as que mais sofrem e precisam tomar medidas drásticas como demissão de professores, pesquisadores e funcionários, além do fechamento de cursos e campus, entre outras. Sem contar na quantidade de jovens beneficiados com os programas de inclusão do Governo Federal, com financiamentos estudantis atingidos diretamente com a redução dos programas.

Contudo, a crise vivida pela universidade não se deve apenas a isso. As medidas governamentais chegam para contribuir com um panorama instalado nas IES privadas há mais ou menos 15 anos, com o advento da modalidade de ensino a distância. Pelas características de flexibilização de tempo e espaço e economicamente possível para um contingente maior de pessoas, esse tem sido o caminho de um milhão e meio de alunos que pode escolher entre os 1.200 cursos disponíveis entre as centenas de universidades em todo o território nacional

Outro aspecto preocupante, nesse contexto, é a evasão. A considerável falta de preparo dos alunos que chegam à universidade, deixa visível resultados de um ensino médio deficiente, levando-

os a desistirem pelas dificuldades que encontrarão para acompanharem as exigências do ensino superior. A situação da evasão agrava-se, ainda mais, por conta do fator financeiro. Sem os financiamentos estudantis, muitos obrigam-se a trancar a faculdade. Não há como manterem estudos como prioridade, quando o nível salarial dos jovens estudantes, na maioria dos casos, é insuficiente para as suas necessidades básicas.

Tudo é perda. O prejuízo à nação é incomensurável, se avaliado o retrocesso e a inversão de valores que culminam dessa realidade. A captação e a retenção de alunos ficam igualmente comprometidas nos cursos de graduação,

aumentando a bola de neve que se cria com tal situação, fragilizando a sustentabilidade das instituições privadas.

Até bem pouco tempo as Instituições eram julgadas pela ineficiência e pela má-qualidade na formação oferecida. O crescimento ou não dessas IES deveu-se ao alcance de uma qualidade, cujos critérios são estabelecidos pelo MEC, desde a implantação do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) que analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes, levando em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente.

A reunião de informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e das avaliações institucionais e dos cursos, oferecem subsídios úteis e seguros ao MEC para a orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e oferecem embasamento às políticas públicas. A utilidade das avaliações é extensiva à sociedade, servindo de referencial, especialmente aos estudantes, sobre as condições de cursos e instituições. Entristece, portanto, saber que hoje o Ensino Superior fragiliza-se por falta de políticas públicas adequadas para a realidade brasileira, após tantos ganhos em qualidade e fortalecimento.

Um olhar diferenciado sobre as múltiplas realidades permitiria que esses esforços continuassem valendo a pena em nome de uma comunidade que deles se beneficia há quase meio século sem, assim, interromper seu ciclo produtivo.

As IES menores passam, igualmente, por todos os processos avaliativos e de exigência por que passam as universidades. Uma única avaliação para todas as realidades. Contudo, é necessário que se observe que as universidades possuem programas de ensino e pesquisa subsidiados pelo fomento público, enquanto as faculdades pequenas sobrevivem de seus próprios esforços. Um olhar diferenciado sobre as múltiplas realidades permitiria que esses esforços continuassem valendo a pena em nome de uma comunidade que deles se beneficia há quase meio século sem, assim, interromper seu ciclo produtivo.

A Fundação de Ensino Superior da Região Centro- Sul – FUNDASUL, mantenedora da Faculdade Camaquense de Ciências Contábeis e Administrativas (FACCCA) e da Escola Profissional FUNDASUL, dentro desse contexto, busca, através de inovações e de adequações, continuar sendo referência para a comunidade local e regional. Por essa razão, investe em novas políticas de gestão, iniciando, aos 45 anos de existência, um novo conceito de Ensino superior na região.

A edição de uma nova REVISTA DA FUNDASUL, com foco na produção do

conhecimento para o crescimento acadêmico, no momento em que as universidades perdem o fomento à pesquisa, é o resultado dessas políticas que levam em conta, sobretudo, a história que a instituição desenvolveu nesses 45 anos na região Centro-Sul, contribuindo para o seu desenvolvimento e a história vindoura. A existência da FUNDASUL, neste espaço regional, permitiu o acesso ao Ensino Superior a mais de 4000 cidadãos

Grupos de pesquisa importantes deixam o país; vários projetos de pesquisa, indispensáveis para o desenvolvimento dos setores, são paralisados; nossos cientistas obrigam-se, novamente, como já aconteceu em épocas passadas, a buscarem fora do país o incentivo à pesquisa.

que, se assim não fosse, talvez não pudessem ter cursado uma faculdade, e deseja continuar sendo o lugar de debate, o lugar de busca do conhecimento e do crescimento humano e social.